



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

TRILHA DE APRENDIZAGEM

**LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
14.133/21**

Objetivo:

A trilha tem como objetivo disseminar conhecimento entre os servidores públicos sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC). Ela abrange diversos tópicos, incluindo novos conceitos, governança, gestão de riscos, planejamento das contratações, procedimentos auxiliares, pesquisa de preços, estudos técnicos, elaboração de termos de referência, além da gestão de licitações e contratos, bem como a contratação de obras e serviços públicos.

Público-Alvo

Os temas desta trilha são direcionados a servidores do TCE-ES que trabalham com aquisições públicas. É relevante para quem deseja aprimorar práticas e atualizar conhecimentos de acordo com diretrizes recentes.

Os participantes poderão aprofundar-se na legislação, garantir aplicação eficiente e discutir desafios comuns, promovendo aprendizado colaborativo.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

Orientações Gerais de Navegação:

Os materiais foram organizados de maneira a facilitar o acesso e auxiliar na resolução de situações cotidianas. A flexibilidade é uma característica essencial da trilha, permitindo que o participante acesse os conteúdos na sequência proposta, proporcionando uma visão abrangente do tema, ou que utilize diretamente o conteúdo específico que necessita.

Para cada módulo de conteúdo, será necessária uma inscrição, garantindo que, ao final do curso, e após a realização da avaliação, o certificado de conclusão seja emitido. Ao final de cada página, haverá um botão interativo, intitulado “clique aqui”, que direcionará o usuário ao link do conteúdo correspondente.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

WEBINÁRIO

Aspectos relevantes da governança e o planejamento das contratações públicas

O webinar abordará os seguintes temas: a importância da governança nas contratações públicas; o controle, monitoramento e gestão de riscos; a necessidade de um planejamento eficaz; as etapas do planejamento; a fase preparatória das contratações conforme a Lei nº 14.133/2021; a elaboração do Plano de Contratações Anual; o Estudo Técnico Preliminar; a Análise de Riscos; e os aspectos fundamentais para a elaboração do Termo de Referência. Além disso, será apresentada uma abordagem que integra tanto a perspectiva teórica quanto a prática do tema.

Este webinar foi desenvolvido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas, vinculada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

CURSO

Nova Lei de Licitações – visão geral

O curso oferece uma visão geral sobre a nova lei de licitações e contratos, e seus impactos nos órgãos e entidades públicas.

Conteúdo Programático:

- Introdução e síntese das inovações da Lei n. 14.133, de 1. de abril de 2021;
- Principais mudanças e impactos para os municípios;
- A transição da lei atual para a nova lei; 4. Adequações necessárias frente à nova lei.

Público-alvo

- Gestores públicos que atuam nas licitações do município. O curso é acessível, gratuito e oferece certificado.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**



CLIQUE AQUI

EV.G Uma iniciativa
ENAP



Carga Horária: 10h

ARTIGO

Compras públicas sustentáveis: ponderações necessárias

Resumo

- O artigo aborda as contratações públicas sob a perspectiva da sustentabilidade, destacando as lacunas existentes na Lei 8.666/93. A falta de diretrizes claras em relação à sustentabilidade pode ser mitigada pela introdução da Lei 14.133/21, que se apresenta como uma esperança para melhorias, embora ainda enfrente desafios significativos. Essa nova legislação fortalece a aplicabilidade por meio de diversos dispositivos e medidas normativas que devem ser implementados para garantir sua efetividade.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pela professora Tatiana Camarão, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Ela é vice-presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA), professora licenciada no Centro Universitário UNA e leciona na pós-graduação da PUC Virtual e Damásio Educacional.
- Data da publicação: 09 de abril de 2021.
- Categoria: Doutrina, Zênite Fácil.
- Disponível em: <http://www.zenitefacil.com.br>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

A Teoria ESG nas Contratações Públicas

Resumo

- O objetivo deste artigo é apresentar, de forma sucinta, a aplicação do ESG na Administração Pública, com um foco específico nas contratações. Serão explorados os aspectos da Nova Lei de Licitações em relação a essa proposta de sustentabilidade e governança.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelos autores: Caroline Rodrigues da Silva, em coautoria com Jander Leal dos Santos, economista, especialista em Licitações e Contratos, mestre em Planejamento Estratégico Ambiental, doutor em Planejamento e Gestão Ambiental, coordenador do MBA em Licitações e Contratos, e instrutor em cursos de capacitação nas áreas de sustentabilidade, licitações e contratos.
- Data de publicação: 5 de maio de 2020
Publicado na revista: Observatório da Nova Lei de Licitações (ONLL).



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

Implementação de Programas de Integridade na Esfera Pública: uma Análise do Acórdão nº 1.905/2017, do Tribunal de Contas da União

Resumo

- O programa de integridade nas organizações públicas é crucial para a efetividade da Lei Anticorrupção Empresarial – Lei nº 12.846/2013, uma vez que é necessário promover uma sinergia entre a conformidade pública e privada, garantindo relações ético-negociais aceitáveis. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 4.253/2020, que estabelece um novo marco legal para licitações e contratos administrativos, enfatiza a importância do programa de integridade, tornando sua apresentação obrigatória para contratados, especialmente em contratações de grande porte. Além disso, a qualidade do programa será considerada como critério de desempate e como uma medida para mitigação de penalidades.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pela autora: Tatiana Camarão, Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG, Diretora Secretária do Instituto Mineiro de Direito Administrativo e Professora de Direito Administrativo.
- Data de publicação: janeiro/junho de 2021.

Publicado na revista: Controle em Foco – Revista do MPC-MG, Belo Horizonte, Volume 1, Número 1, páginas 67-72.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

PODCAST

As inovações e potencialidades acerca da nova lei de licitações e contratos

- Este episódio do podcast foi produzido pela Fórum, em colaboração com o Observatório da Nova Lei de Licitações.
- Produção: este podcast é uma realização da Fórum.
- Acesso em: 17 de agosto de 2022.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

WEBINÁRIO

O Impacto da nova lei de licitações na administração pública

O webinar abordará os seguintes temas: a importância do planejamento; as etapas do processo de planejamento; a fase preparatória nas contratações conforme a Lei nº 14.133/2021; a necessidade de desenvolver normativos internos; e a segurança jurídica.

Este evento foi organizado pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas, vinculada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

A hora e a vez da redação final do PL nº 4.253/2020 e a espada de Dâmocles: sanção versus veto.

Resumo

- Considerações iniciais, premissas adotadas, decisões e suas justificativas, além de sugestões para garantir uma composição democrática e representativa no Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. Palavras finais sobre a legislação pertinente.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelos autores: Anderson Pedra, Rafael Sérgio de Oliveira, Vitor Amorim.
- Data de publicação: 5 maio 2020
- Publicado na revista: Observatório da Nova Lei de Licitações - ONLL.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Pesquisa de preços

O webinar abordará os seguintes temas: a Lei 14.133/2021 e os procedimentos para a definição do preço referencial; a regulamentação da pesquisa de preços conforme a Instrução Normativa 65/2021; a formalização da pesquisa; o prazo de duração da pesquisa de preços; os parâmetros de prioridade entre eles; quando realizar a pesquisa de preços (incluindo planejamento de contratações, licitações, contratações diretas, auditorias e gestão de contratos e atas de registro de preços); a metodologia para definição do preço de referência (como média, mediana, menor preço, média ajustada, entre outros); a validade dos preços coletados; o número de cotações necessárias; e os riscos envolvidos na definição do preço de referência em licitações.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPIRITO SANTO**

ARTIGO

O planejamento das Contratações Públicas na Fase Preparatória da Licitação

Resumo

- O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise do planejamento nas contratações públicas durante a fase preparatória da licitação. É nesse estágio que a Administração define suas necessidades de aquisição de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação, bem como os respectivos quantitativos. Esse planejamento servirá como fundamento para as etapas subsequentes das licitações, proporcionando informações essenciais, como condições de execução, garantias, requisitos de recebimento e estimativas de valor da contratação, entre outros aspectos relevantes.

Ficha técnica

- Artigo apresentado por: Simone Zanotello de Oliveira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Eloi de Castro Neto, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
 - Data de publicação: 18 de julho de 2022
 - Publicado na revista: Cadernos Paulista de Contas, 2º semestre de 2022, volume 1, número 9
- Acesso em: 18 de agosto de 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPIRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Gestão de riscos nas contratações públicas

O webinar abordará os seguintes temas: controle, monitoramento e gestão de risco; a necessidade de planejamento; as etapas do planejamento; os documentos e procedimentos relacionados; a importância da organização da unidade de contratação; o papel das comissões de licitação; o controle interno e a governança na transição da Lei. Além disso, será discutida a padronização como princípio aplicável.

Este webinar foi desenvolvido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas, vinculada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Gestão por competências

O webinar abordará os seguintes temas:

- Conteúdo Programático: O que é Gestão por Competências?
- Quais são os objetivos da Gestão por Competências?
- Requisitos legais em conformidade com a Lei 14.133/2021;
- Funções essenciais no processo de contratações;
- Dimensões de desempenho vinculadas aos objetivos do processo licitatório;
- Como elaborar a Matriz de Competências?
- Qual é o ambiente necessário para a aplicação das competências?
- Capacitação: o que são e qual a finalidade das trilhas de aprendizagem?

Este webinar foi concebido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Carga Horária: 2h



ARTIGO

Uma análise estruturada da gestão por competências na Lei 14.133/21.

Resumo

- Compreender melhor o cenário de contratações públicas é fundamental para evitar apontamentos e responsabilizações, por isso a Administração Pública vem exigindo cada vez mais dos seus servidores uma postura voltada ao autodesenvolvimento e à aprendizagem contínua, ainda mais neste momento em que um novo diploma legal – Lei 14.133/21 – nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos – NLLC, substitui os normativos antigos – Lei n. 8.666/94, Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 12.462/2011, os quais deixarão de existir no ordenamento jurídico muito em breve.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelos autores: Angelina Souza Leonez em co-autoria com Lais Gonçalves – especialista em Gestão Pública, Pós-graduação em Neurociências e Graduada em Pedagogia pelo IDESB e Geografia pela UnB, servidora do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações – MCTI, chefe de serviços de gestão de talentos e qualidade de vida o trabalho, facilitadora em cursos de desenvolvimento de competências comportamentais e liderança no setor público.
- Data de publicação: 18 jul. 2022
- Publicado na revista: Observatório da Nova Lei de Licitações
- Acesso em: 18 ago. 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

A Gestão por competências na nova Lei de Licitações e contratos

Resumo

- A governança se mostra ingênita da nova Lei de Licitações e Contratos e transmite seus mecanismos de liderança, estratégia e controle em todo o texto, a fim de avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das contratações públicas para que as aquisições agreguem valor ao negócio de cada órgão e entidade pública, mantendo um grau de riscos aceitáveis.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pela autora: Tatiana Camarão – Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Vice-presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA, professora licenciada do Centro Universitário UNA, professora da pós-graduação da PUC virtual e Damásio Educacional. Palestrante e instrutora de cursos de capacitação de servidores públicos. Autora de diversos artigos.
- Data de publicação: 20 mar. 2022
- Publicado na revista: Observatório da Nova Lei de Licitações



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

WEBINÁRIO

A Modalidade do pregão na nova lei de licitações x decreto 10.024/19 e os processos auxiliares

O webinar abordará temas como:

- Modalidades licitatórias
- Regulamentação local e federal
- Orçamento sigiloso
- Análise de propostas e habilitação
- Sistema de Registro de Preços
- Credenciamento e inexigibilidade de licitação
- Procedimento de Manifestação de Interesse
- Pré-qualificação em licitações
- Entre outros.

Objetivo: Discutir conceitos fundamentais e oferecer uma visão teórica e prática sobre o tema, promovido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

Algumas novidades trazidas pela nova regulamentação do pregão eletrônico: o Decreto nº10.024, de 20 de setembro de 2019

Resumo

- O artigo de tem propósito de apresentar a gama de mudanças no novo regulamento dos pregões eletrônicos, com o Decreto regulamentar federal nº 10/024/2019, que busca atender as evoluções jurisprudenciais e doutrinárias.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelo autor: Sidney Bittencourt = Mestre em Direito pela UGF, consultor, parecerista e conferencista consagrado, professor de Direito Administrativo, autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Autor das normas sobre licitações e contratos da Marinha do Brasil (NOLAM).
- Data de publicação: 21 nov. 2019
- Publicado na revista: Observatório da Nova Lei de Licitações
- Acesso em: 25 ago. 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

A Nova Lei de Licitações e a possibilidade de alterações dos preços registrados

Resumo

- Ao tratar das modalidades licitatórias, o art. 28 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) dispôs, em seu §1º, que, além das modalidades nela elencadas (pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo), a Administração Pública poderá servir-se de “procedimentos auxiliares”. O artigo trata sobre esses procedimentos.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelo autor: Sidney Bittencourt - Mestre em Direito pela UGF, consultor, parecerista e conferencista consagrado, professor de Direito Administrativo, autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Autor das normas sobre licitações e contratos da Marinha do Brasil (NOLAM).
- Data de publicação: 17 jun. 2022
- Publicado na revista: Observatório da Nova Lei de Licitações
- Acesso em: 25 ago. 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPIRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Contratações em obras públicas e serviços de engenharia

O webinar abordará os seguintes temas: Novos regimes de execução, incluindo a contratação integrada e semi-integrada; Contratação simultânea; Bônus por resultados; Inovações nos critérios de julgamento das licitações; Diretrizes para o planejamento; Desapropriação e licenciamento ambiental pelo contratado; Critérios orçamentários para obras e serviços de engenharia.

Objetivo:

Discutir os conceitos fundamentais e oferecer uma visão teórica e prática sobre o tema. Este webinar foi elaborado pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas, que faz parte do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

A Importância do Controle Efetivo dos Editais para Contratações de Obras Públicas pelos Municípios Goianos

Resumo

- A contratação de obras públicas exige licitação, mas muitos editais de municípios goianos apresentam inconsistências nas cláusulas de qualificação técnica, resultando em questionamentos e atrasos. Este trabalho busca destacar a importância do controle eficaz dos editais para garantir contratações regulares e de qualidade. A pesquisa analisa 74 processos da Secretaria de Fiscalização de Obras, categorizando irregularidades para melhorar futuros editais e contratações.

Ficha técnica

- Artigo de Ribeiro Capucho na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Controle Externo e Auditoria em Obras Públicas.
- Hélen Regina de Oliveira: Auditora no Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, Engenheira Civil, Especialista e Mestre em Construção Civil. Cláudio Sarian Altounian: Orientador no Instituto Brasiliense de Direito Público, Auditor no TCU, graduado em Engenharia e Direito, pós-graduado em Administração e Auditoria de Obras Públicas.

Divulgado em: 11/set/2020; publicado no Instituto Rui Barbosa; acesso em: 30/ago/2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

LIVRO

Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização

A quinta edição apresenta atualizações da jurisprudência dos Tribunais até 2015 e aborda temas sugeridos por leitores e alunos sobre licitações de obras públicas, incluindo: Orçamento, BDI, Desoneração da folha, Regime de Execução, Medições, Aditivos, Prazos, Habilitação, Procedimentos de Licitação, Sanções, Pregão, Sistema de Registro de Preços, Margem de preferência, Desenvolvimento Sustentável e boas práticas.

- Autor: Claudio Sarian Altounian
- Editora: Editora Fórum; 5. edição (30 julho 2020)



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Contratações diretas

O webinar abordará os seguintes tópicos:

- Conceito
- Processo de Contratação
- Princípios
- Objetivos
- Procedimento Licitatório: regra e exceção
- Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Gestão de Risco na Contratação Direta
- Edital: divulgação e modificações
- Impugnação e Esclarecimento
- Fase de apresentação de propostas e lances
- Fase de julgamento
- Negociação
- Fase de habilitação
- Fase recursal
- Fase de homologação pelo contratado
- Critérios orçamentários para Obras e serviços de engenharia.



Carga Horária: 2h



TESES

O regime jurídico dos contratos das empresas estatais prestadoras de serviços públicos na Lei de Responsabilidade das Estatais – Lei nº 13.303/2016

Resumo

- Após 18 anos, a Lei nº 13.303 foi criada em 30 de junho de 2016, abordando governança e licitações para empresas estatais. Conhecida como Lei de Responsabilidade das Empresas Estatais (LRE), ela estabelece normas para contratações, inspirando-se em legislações como a do Pregão e do Regime Diferenciado de Contratações Públicas. A principal inovação refere-se à consensualidade nos contratos, ao contrário das cláusulas exorbitantes da Lei nº 8.666/1993. A lei introduz um novo modelo contratual, permitindo que estatais prestadoras de serviços públicos formalizem contratos administrativos atípicos com base na Constituição Federal.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelo autor: Christianne de Carvalho Stroppa como requisito para obtenção do título de doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Orientação realizada pelo professor Doutor José Roberto Pimenta Oliveira.
- Divulgado em: 2019
- Acesso em: 06 set. 2022.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h

ARTIGO

O Processo de Contratação Direta na Lei nº 14.133/21

Resumo

- A Lei nº 14.133/21, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, introduz mudanças significativas, como a definição de um processo de contratação direta no art. 72. Embora essa prática já existisse, a nova lei clarifica o procedimento, destacando documentos necessários. Essa padronização melhora a identificação dos objetivos e reduz falhas, servindo como medida de gestão de riscos e facilitando o controle. Porém, o conjunto de documentos requer uma análise cuidadosa para garantir interpretações que mantenham a eficiência e eficácia do processo.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelo autor: Christianne de Carvalho Stroppa - Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia
 - Universidade Católica de São Paulo.
 - Divulgado em: 19 ago. 2022
 - Publicado no site: Observatório da Nova Lei de Licitação
- Acesso em: 06 set. 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Contratos administrativos

O webinar abordará as contribuições da NLLC para o fortalecimento dos contratos administrativos e a promoção de interesses privados.

O evento é organizado pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

A palestrante, Christianne de Carvalho Stroppa, possui doutorado e mestrado em Direito, atuando como Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo e lecionando Direito Administrativo na PUC-SP. Ela é membro de diversas instituições jurídicas e sócia de um escritório de advocacia. É importante ressaltar que o evento expressa opiniões doutrinárias e não reflete a posição oficial do Tribunal de Contas.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Atuação das Procuradorias Jurídicas na NLLC

A NLLC influencia a atuação das procuradorias jurídicas e apresenta, em vários artigos, mudanças que precisam ser estudadas para atender às diversas inovações trazidas pela nova lei. O webinar abordará os seguintes temas: as múltiplas facetas das procuradorias na nova Lei; Face controladora (análise de legitimidade); Face consultora/assessora (apoio); Face representativa; Posicionamento do STF; Face padronizadora e enunciativa. Este webinar foi elaborado pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

WEBINÁRIO

Atuação do Controle Interno na NLLC

A NLLC impacta o controle interno, introduzindo mudanças que necessitam de estudo. O webinar abordará temas como:

- Fundamentos do Sistema de Controle Interno
- Governança e Gestão de Riscos
- Modelo das Três Linhas
- Sistema de Controle Interno na Constituição e na Nova Lei de Licitações
- Contexto e necessidades da Nova Lei
- Exigências legais do Sistema de Controle Interno
- Oportunidades e desafios do capítulo III da Nova Lei

O objetivo é explorar conceitos fundamentais, oferecendo uma visão teórica e prática. O evento é promovido pela Escola de Contas Públicas Mariazinha Vellozo Lucas do Tribunal de Contas do Espírito Santo.



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

Quando o controle interno tem que se posicionar na contratação?

Resumo

- Além do assessoramento jurídico, a nova Lei de Licitações também ressaltou o papel do Controle Interno. O texto, entretanto, não estabelece em quais momentos a unidade deverá se pronunciar durante o processo de contratação.

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelo autor:
- Fanceslly Catozzo
- Divulgado em: 24 nov. 2021
- Publicado no site:
https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=18377
Acesso em: 30 set. 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

ARTIGO

O ETP, a gestão e a fiscalização dos contratos na Lei 14.133/2021. A nova lei de licitações: o que vem por aí: parte 2.

Resumo

- A NLLC, assim como a Lei nº 8.666/93, não segmenta as atividades de gestão e fiscalização, ambas as leis trazem as atribuições a serem desempenhadas por representantes, no caso da NLLC uma novidade a mais foi inserida ao dispor sobre a terminológica “fiscal” ou “fiscais” como representantes da Administração. Porém, o §8º dispõe que as regras relativas ao “agente da contratação e equipe de apoio”, fiscais e gestores de contratos serão definidas em regulamento,

Ficha técnica

- Artigo apresentado pelo autor: Madeline Rocha Furtado
 - Divulgado em: 20 mar. 2022
 - Publicado no site: Observatório da Nova Lei de Licitações
- Acesso em: 30 set. 2022.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

CARTILHA

Como inserir critérios de sustentabilidade nas contratações públicas

Resumo

A Advocacia Geral da União (AGU) elaborou esta cartilha com o intuito de auxiliar os gestores na incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, abordando aspectos operacionais e de gestão. A cartilha abrange compras, serviços e obras, orientando-se pelas diretrizes estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133, de 2021.

Escopo:

- A cartilha discute a implementação de critérios e práticas sustentáveis nas contratações públicas, define os critérios de sustentabilidade, apresenta o Sistema de Controle Interno e promove um debate sobre a Nova Lei de Licitações, destacando oportunidades e desafios.

Ficha técnica

- BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Cartilha sobre Sustentabilidade nas Contratações Públicas, autores: Maria Leticia B. G. Barth e outros, Brasília, dezembro 2022.
- Temas: Licitação sustentável, Legislação, Direito Ambiental.
- Acesso em: 04 de abr. de 2023.

Nota: A jurisprudência apresentada não garante entendimento do TCEES; recomenda-se consulta ao Tribunal antes do uso.



CLIQUE AQUI



Carga Horária: 2h



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

MANUAL

Licitações e Contratos: principais aspectos da fase preparatória e gestão contratual

Resumo

- Este manual do TCE-SP visa orientar sobre como o Tribunal tem julgado questões de licitações e contratos conforme as leis vigentes, incluindo a nova Lei nº 14.133/2021 (NLLC). Ele ajuda os jurisdicionados a se prepararem para a gestão da nova lei, abordando modalidades de licitações, habilitação, e gestão de contratos. O objetivo é fornecer orientações para a elaboração de documentos essenciais, garantindo competitividade e ampla participação, visando propostas vantajosas e o interesse público nas licitações.

Ficha técnica

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). Licitações e Contratos: principais aspectos da fase preparatória e gestão contratual. Autores: Christofaro, Dyllan Leandro; Giroto, Maira Coutinho Ferreira. Atualização (2019) por Giroto, Maira Coutinho Ferreira. Colaboração de Silva, Maria das Graças Bigal Barboza da; Correia, Robson Luís; Viveiros, Antônio José; Ferreira, José Márcio. Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” – EPCCP. Coordenadoria de Comunicação Social – CCS, São Paulo, dezembro de 2022. Acesso em: 04 de abril de 2023.

Atenção: A eventual inclusão de jurisprudência no documento elaborado pela AGU não implica que o TCEES compartilhe do mesmo entendimento. Assim, recomenda-se consultar o Tribunal antes de utilizar essas informações.



Carga Horária: 2h



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO